

A CIDADE E O AMBIENTALISMO



Figura 01 - Recorte de Jornal mostrando o antes e o depois da poda dos oitizeiros da Av. Santos Dumont.

Fonte: Jornal "O DIA" de 15/01/1992.



Foto 03 – Santos Dumont em 2002

Fonte: Teresina 1852-2002. Gráfica Halley S.A.

2.0 A CIDADE E O AMBIENTALISMO

Ao se analisar a conjuntura das cidades nos últimos 50 anos, pode-se ter uma idéia do gigantesco crescimento que tem acontecido na urbanização do planeta. Esse crescimento pode ser considerado como uma das principais causas de desequilíbrio ambiental nos meio urbanos.

Nesse capítulo considerou-se importante, previamente, discorrer sobre o comportamento da humanidade, no enfrentamento dos problemas ambientais provocados pelo crescimento desordenado dos centros urbanos, considerando a influencia dos movimentos ambientalistas na preservação do verde das cidades.

2.1 A CIDADE

Em uma primeira visão do processo de formação das cidades, pode-se dizer que os primeiros aglomerados humanos surgem a partir da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre homens e mulheres. Da polis nasce a política, a participação ativa e a vida na cidade. E com a cidade, nasce também o ideal de liberdade e de conforto.

Esse ideal de liberdade e conforto dos primeiros habitantes das cidades, com a dominação pela guerra, com o desenvolvimento econômico e o conseqüente aumento da população urbana e ainda com a falta de políticas públicas que pudessem atender às necessidades decorrentes do crescimento das populações, aos poucos, vai sendo sufocado e traz às cidades situações de vida cada vez mais conflitantes do ponto de vista social, político e ambiental.

Ao se analisar a conjuntura das cidades nos últimos 50 anos, pode-se ter uma idéia do gigantesco crescimento que tem acontecido na urbanização do planeta, que é uma das principais causas de desequilíbrio nos meio urbanos.

A injustiça ambiental caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante nos países em desenvolvimento. Além das incertezas do desemprego, da falta de proteção social e da precarização do trabalho, a maioria das populações desses países encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral, nesses países, estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade.

Nesse grupo de países em desenvolvimento, em que o Brasil também está incluído, os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas do último século geraram um processo de exclusão territorial e social que nas cidades leva grandes massas de trabalhadores a viver na periferia, e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, decorrente da agricultura em grande escala e da industrialização do campo, leva os trabalhadores ao êxodo para os grandes centros urbanos.

Os indicadores de distribuição espacial da população brasileira, em 2000, apontam no sentido de um aumento da concentração desta nas áreas urbanas e nas grandes cidades.

Nos últimos anos do século XX,

O processo de migração campo em direção as cidades tem desviado o seu foco não só para as antigas periferias econômicas nacionais e para os centros urbanos médios, mas também, têm ocasionado o espraiamento da urbanização especialmente em direção ao Oeste, fenômeno contra a tendência anterior de localização da urbanização na faixa litorânea do território nacional, como também, diversas aglomerações urbanas surgiram e ampliaram seu papel na rede de cidades do país, tornando mais complexa a configuração da rede urbana nacional (IPEA, 2002, v. 3, p. 20).

Analisando a Tabela 01, em 1996, 76% da população brasileira viviam em áreas urbanas, principalmente em regiões litorâneas. A proporção da população vivendo em cidades maiores de 20.000 habitantes cresceu de 16% em 1940 para 76% em 1996. Aproximadamente, 17% da população brasileira viviam em 1996 em apenas duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro. Nunca na história da humanidade ocorreu tal concentração de população nas cidades como nos últimos séculos.

Movimentos migratórios foram os grandes responsáveis por esse processo. No Brasil, cerca de 12 milhões de pessoas deixaram a área rural na década de 60 atraídos pela industrialização das cidades, o que correspondeu a um terço da população residente no campo.

Na década de 1970, esse volume elevou-se para 16 milhões, representando 38% do contingente rural. Mais de 18 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1980 e 1996.

Em 1950, a população urbana do Brasil era de 36%, podendo ser considerado um país eminentemente rural. Em 1990, aproximadamente, 75% da população vivia em áreas urbanas. No final do milênio, o território nacional já abrigava cerca de 170 milhões de habitantes (TABELA 01). Chegou-se ao ano 2.000 com 137.755.550 de brasileiros, 81,23% da população, vivendo em áreas urbanas. Desse contingente, apenas 33,5 milhões de pessoas encontram-se formando os 4.080 municípios que têm menos de 20.000 habitantes, 73% de um total de 5.597 municípios detêm apenas 25% da população total. (OLIVEIRA, I., 2001, p.1)

Tabela 01 - Crescimento da População urbana no Brasil de 1940-2000.

ANO	TAXA DE URBANIZAÇÃO
1940	31,2
1950	36,2
1960	44,7
1970	55,9
1980	67,6
1991	75,6
2000	81,23

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os dados do IBGE, no período de 1940 a 2000, utilizados como fonte para a formulação da Tabela 01, podem apresentar distorções quanto ao tamanho das zonas urbanas dos municípios brasileiros, considerando-se que a grande maioria destes não tem definido o seu território urbano. Mas, assim mesmo, esses dados ainda servem para demonstrar o crescimento vertiginoso da população brasileira no século passado.

Apesar da grande concentração da população em zona urbana, o Brasil quando colocado na esfera mundial e levando-se em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede as realizações de um país em termos de esperança de vida, nível educacional e rendimento real ajustado, encontra-se entre os países de IDH médio em 2001, para 162 países pesquisados, o que já havia ocorrido também em 2000. Mesmo com essa classificação, em anos seguidos, os problemas que o país enfrenta são muitos e decorrem,

justamente, do alto índice de urbanização das cidades brasileiras (BANCO MUNDIAL, 1992, 1996, 2001, 2002).

O Brasil conta com uma das maiores estruturas organizacionais existentes entre os países em desenvolvimento, cerca de 5.600 municípios. Mas, apesar da grande rede municipal de que dispõe, viver em cidade aqui se tornou um desafio no século XXI. É muito grande o jogo de interesses existentes, decorrente da dinâmica cotidiana das cidades que funcionam como uma organização viva com suas diversas partes em permanente interação. Essa dinâmica acarreta uma série de problemas sociais e ambientais que acabam tornando a sobrevivência nesses espaços cada vez mais difícil.

Com as Grandes Conferências, a cidade passa a ser vista como um ecossistema onde as paisagens e o urbanismo não compreendem apenas os jardins e edificações em si, mas como o local que deve servir para garantir a vida à espécie humana e aos animais, através do restabelecimento do equilíbrio que foi rompido com a natureza ou a manutenção desse equilíbrio em lugares ainda não danificados. Hoje, a questão do paisagismo nos centros urbanos torna-se muito mais do que uma obrigação imposta pela legislação: é uma necessidade. As áreas verdes, como um sistema de sustentação da vida, com a interação do meio natural com o urbanizado, melhoram a qualidade do ambiente e com isso a qualidade de vida da população das áreas urbanas.

Na paisagem, o conflito entre natureza e tecnologia é claramente percebido. Mas, também é na análise da paisagem, que qualquer tentativa de solução desse conflito pode ser testada. A participação do paisagismo no desenho urbano é de fundamental importância na atual visão de cidade.

A cidade não é um todo unitário, cuja legibilidade se dá num correr de olhos. Ela é, antes, um mosaico de interesses, altamente territorializado em que sua estrutura física deixa transparecer as correlações de forças dos seus agentes. Segundo Dantas (2002), “esta cidade materialmente construída por todos é psicologicamente criada por cada um dos seus habitantes. Neste sentido, transformar ideologias em morfologia tem sido o processo natural de constituição da realidade humana”.

A gestão democrática da cidade, influenciada pelos movimentos ambientalistas internacionais, tem, hoje, características marcantes em todo o mundo na preservação do meio ambiente urbano. No Brasil, os movimentos populares em defesa do direito à habitação e saneamento básico e as agendas internacionais influenciaram a Constituição de 1988 que consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à moradia digna, como um direito de todo cidadão e fazem leis complementares, embora com muita demora, como a Lei do

Estatuto da Cidade, com a finalidade de criar instrumentos que permitam a população estabelecer vínculos entre qualidade ambiental e cidadania.

2.1.1 MEIO AMBIENTE

Os inúmeros organismos que estão presentes na natureza não estão separados uns dos outros. Pelo contrário, eles se combinam formando sistemas complexos que se estabelecem através de entrosamentos físicos e biológicos. (LAGO; PÁDUA, 1992, p. 17).

É através desses entrosamentos que os sistemas naturais obtêm uma vida coletiva, permitindo-lhes a sua auto-organização e auto-reprodução.

Os ecossistemas, segundo Lago e Pádua (1992, p. 18), obedecem aos princípios básicos de:

- a) Interdependência - nos ecossistemas há um relacionamento mútuo entre todos os elementos, de tal forma que a intervenção sobre um desses elementos pode comprometer todo o conjunto;
- b) Ordem dinâmica - os ecossistemas são estruturas dinâmicas que evoluíram lentamente e, para continuar evoluindo, precisam se renovar constantemente;
- c) Homeostase - os ecossistemas também possuem a capacidade de se auto-organizar e auto-regular. Isso significa que, se os ecossistemas sofrerem algum dano, eles têm a capacidade de se reordenar e de se adaptar a uma nova situação. Entretanto, essa capacidade de adaptar-se às novas situações é limitada. Dependendo do nível de dano, o equilíbrio do ecossistema pode entrar em colapso;
- d) Maior diversidade = maior estabilidade - a diversidade de organismos num ecossistema é essencial para garantir a sua homeostase, ou seja, quanto maior for o número de espécies, maior será a capacidade de auto-regulação dos ecossistemas;
- e) Fluxo constante de matéria e energia - os organismos, quando morrem, entram em decomposição graças à atuação das bactérias e dos fungos. Assim, os elementos químicos do organismo morto retornam ao solo e são aproveitados pelas plantas que iniciam um novo ciclo. Esse ciclo denomina-se cadeia alimentar;

- f) Reciclagem permanente - na natureza tudo é reciclado. Os ciclos biogeoquímicos, que circulam em circuito fechado na natureza, permitem a reciclagem permanente dos organismos naturais, que, por sua vez, permite a sobrevivência da nave espacial terra.

Para Sachs (1986, p.12), meio ambiente compreende "o meio natural, as tecno-estruturas criadas pelo homem e o meio social".

Segundo Kloetzel (1993, p.18), são exemplos de ecossistemas os lagos, as florestas, as cidades, as caatingas, etc.

Cada um desses ambientes é um todo integrado, uma unidade funcional de vida, onde a interação conjunta das diversas espécies de animais e vegetais que nele estão presentes, juntamente com o fundo físico-químico composto pelos fatores minerais, climáticos etc., constrói o sistema de equilíbrios que permite o funcionamento do todo. (LAGO e PÁDUA, 1992, p. 18).

Para Lutzenberger (1980, p. 12), no meio ambiente equilibrado, "os detritos e os cadáveres de uns são a matéria-prima dos outros. Na natureza intacta não há poluição porque nada se perde, tudo circula perpetuamente".

Os assentamentos humanos nas cidades são conhecidos como sistemas urbanos. No item a seguir estudam-se os assentamentos humanos como sistemas urbanos.

2.1.1.1 O Sistema Urbano

As cidades são sistemas ecológicos em constantes trocas de energias com os outros sistemas que as circundam e por isso podem ser chamadas de ecossistemas urbanos.

Chamamos de sistema ecológico ou ecossistema qualquer unidade (biosistema) que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não vivas (ODUM, 1988, p. 11).

Os sistemas urbanos são considerados como sistemas abertos que se formam a partir de alterações antrópicas nos sistemas naturais anteriormente existentes e que se encontram em constante interação com outros sistemas.

Os “novos” sistemas, formados a partir de ações antrópicas sobrevivem graças às contribuições energéticas e materiais exteriores provenientes de sistemas circundantes, notadamente os rurais e naturais, podendo ser chamado de sistema heterotrófico que apresenta extensos ambientes de entrada e saída (ODUM, 1988, p. 9).

As cidades quando analisadas como sistemas abertos possuem: entradas – *input* - de matéria (madeira, papel, minerais) e de energia (alimentos, eletricidade, combustível) e saídas – *output* de matérias acabadas (móveis, automóveis, produtos de consumo em geral, etc.) e mesmo de idéias (livros, jornais, transmissão de TV, etc). Os sistemas urbanos sofrem, também, retroalimentação – *feedback* – em que substâncias semi acabadas são transformadas em material acabado (ODUM, 1988).

“O sistema urbano apresenta então, características de entrada, retroalimentação e saída de matéria e energia, porém, não se verifica, nestes sistemas, um processo de auto-regulação” (TROPMAIR, 1989, p. 136).

Os efeitos da urbanização, decorrentes da falta de auto-regulação desses sistemas, manifestam-se através de alterações nas variáveis ambientais locais. Segundo Cavalheiro (1992), “A urbanização afeta diferentes elementos climáticos: a radiação solar visível, a infravermelha e a ultravioleta; a umidade relativa do ar; os ventos; a nebulosidade e a precipitação”.

A atmosfera se torna mais poluída e aquecida, devido a: presença de material particulado (poeira, fuligem); liberação de gases (CO₂, CO, e outros), provenientes de veículos, indústrias, construções e preparação de áreas para plantio, provocando nuvens que produzem sombra; umidade relativa menor do que no meio natural e agrário e temperaturas mais altas devido ao aquecimento de grandes áreas concretadas e escassez de vegetação e corpos d’água.

O ciclo das águas, nas áreas urbanas, é alterado pela impermeabilização do solo, onde a água pluvial escorre por galerias e sistemas de drenagem, tornando-se imprópria para o consumo humano. Os cursos d’água são retificados, não se respeitando a existência e necessidade das matas ciliares. Assim as águas atingem os fundos de vale rapidamente e, não tendo condições de vazão suficiente, causam as enchentes. Além disso, as águas carregam para os rios materiais, como terra, lixo, entulho que contribuem com o assoreamento destes.

O maior problema relacionado aos relevos são os cortes e aterros em grandes extensões, usados nas construções de conjuntos habitacionais, construção de estradas, avenidas e ruas, barragens etc., que causam compactação e erosão dos solos.

Nessas intervenções, a vegetação natural é quase totalmente dizimada e substituída por ruderais¹ ou por plantas exóticas, muitas vezes com pequena função ecológica.

A fauna original é totalmente dizimada em função da destruição de seu habitat natural. Algumas espécies de animais se sobressaem nas cidades, devido às condições favoráveis que encontram para o seu aumento populacional e ausência de seus predadores naturais, provocando um desequilíbrio inigualável nas cadeias alimentares. Baratas, ratos, pombos, pardais, escorpiões, formigas, cupins, pernilongos, são os principais exemplos de animais urbanos. Muitos deles são vetores de doenças e indesejáveis devido a sua grande população (TROPPMAIR, 1989).

Guzzo (1991) faz uma análise do meio ambiente das cidades industriais, comentando as influências do processo industrial no meio ambiente das áreas urbanas.

As manifestações mais características de macro-ecossistema urbano industrial das cidades são: grande consumo energético, concentração de estruturas edificadas, população humana com altos valores de densidade demográfica; multiplicidade e intensidade de intervenções urbanas; compactação e impermeabilização do solo, notadamente nas áreas edificadas, em loteamentos e vias pavimentadas; mudanças da morfologia do solo mediante escavações e transportes, redução do nível do lençol freático e subsistência do solo; formação de um clima urbano essencialmente distinto daquele circundante da cidade; geração e exportação de grande quantidade de resíduos sólidos, de efluentes domésticos e industriais, de emissões de poeira e gases, que sobrecarregam o próprio ambiente urbano e o ambiente periférico com efeitos também em grandes distâncias e; mudanças substanciais das populações de plantas e animais nativos e das cadeias tróficas anteriormente existentes.

As variáveis ambientais têm comportamento que diferem de cidade para cidade, em virtude da intensidade de uso do solo, do processo de crescimento da cidade e das características geológicas do lugar. (CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992, p. 29).

Nos sistemas urbanos, segundo Troppmair (1989), precisam ser estudados, também, os agentes formadores desses sistemas.

A natureza com todos os seus elementos: clima, solo, vegetação, fauna, recursos minerais; o homem como ser social; os grupos sociais (estratificação social com diferenças fixadoras quanto a saúde, bem estar, cultura, educação); as edificações que oferecem abrigo para as diversas funções: residências,

¹ Espécie de vegetal que cresce espontaneamente ao redor das habitações humanas, em terrenos baldios, entre detritos etc.

escolas, lojas, hospitais, indústrias, etc; a organização espacial e social sob forma de redes de energia, água, transporte e comunicação.

O processo de urbanização brasileiro caracterizou-se, nestes últimos 40 anos, pela expansão desordenada na periferia dos grandes centros urbanos, com o surgimento de loteamentos destituídos de infra-estrutura básica.

As cidades que se especializam no setor de serviços como Teresina, embora não sofram a intensidade de impactos provocados pelo setor industrial no seu meio ambiente, sofrem igualmente com o crescimento desenfreado da sua população. É grande a atração que elas representam para as suas zonas de influência, pela maior facilidade de trabalho e de infra-estrutura disponíveis nestes centros comparados com os locais de origem destas populações.

A seguir procura-se mostrar a situação em que o planeta se encontra, ressaltando-se o alto consumo de sua população e a grande produção de resíduo, provocado pelo consumo desenfreado.

2.2 A NOVA VISÃO DO MUNDO

Os recentes trabalhos escritos sobre meio ambiente e desenvolvimento mostram que as premissas da ideologia do crescimento ilimitado são insustentáveis do ponto de vista ecológico. Lago e Pádua (1992, p. 48) destacam, por exemplo, que não é possível uma economia de crescimento ilimitado num planeta finito e de recursos limitados, “Os estoques de matérias-primas são limitados e não são capazes de suprir permanentemente o ritmo de produção da sociedade industrial”. Os recursos renováveis, apesar de não serem finitos, não podem se auto-reproduzir no ritmo desejado pela lógica da sociedade industrial.

Além disso, outro fator que demonstra que o atual modelo de desenvolvimento das sociedades industrializadas é insustentável, é que os ecossistemas não são capazes de absorver permanentemente o "lixo" produzido pela sociedade de consumo.

O modelo de desenvolvimento adotado até então, parece está próximo ao seu fim histórico. Um novo paradigma de desenvolvimento terá de rever as suas premissas e os seus conceitos à luz de uma era caracterizada por limites de recursos, submetendo-se a reduções quantitativas e procurando estabelecer os seus índices de desempenho a metas menos ambiciosas.

Tanto a ideologia do industrialismo quanto a prática da industrialização partem do pressuposto de que o meio ambiente não possui valores próprios.

A natureza é percebida como uma reserva de recursos a ser organizada e utilizada pelas pessoas. A natureza e seus recursos estariam aí para atender as necessidades humanas e, à medida que o homem alcança maior controle sobre esses elementos, mais próximo ele está daquilo que tem sido chamado de reino da liberdade (LEITÃO, 1993, p. 154).

Para Vieira (1990, p. 21), “A idéia de que o homem é o senhor e mestre da natureza remonta ao Antigo e ao Novo Testamento. Essa idéia está presente também no pensamento racionalista dos séculos XVII e XVIII. Todavia, é com a revolução industrial que a dicotomia homem/natureza se aprofunda”. O autor acrescenta que

No período pré-socrático esse apartamento entre homem/natureza não existia. Para os pré-socráticos os deuses estavam presentes em todas as coisas. Já para a mitologia Grega, deuses e homens tinham a mesma origem. [...] na Grécia antiga, havia a palavra *physis*, que servia para designar a natureza e os pensamentos e ações humanas. Os Deuses Gregos não são entidades sobrenaturais, pois são compreendidos como parte integrante da natureza. Assim, não existia, como na tradição judaico-cristã, um Deus incriado que criou o universo e todas as coisas. Os Deuses e os homens coexistem na natureza e isso leva, evidentemente, a uma relação especial entre o homem e a natureza. (VIEIRA, 1990, p. 22).

No entanto, nas inúmeras línguas modernas, homem e natureza têm significados distintos. A concepção de natureza que prevaleceu nas sociedades ocidentais foi aquela que concebia a natureza como objeto e o homem como sujeito. “Essa concepção foi idealizada pelo filósofo René Descartes e teve uma influência marcante no pensamento moderno. Como consequência da visão cartesiana, estabelece-se um divórcio entre as ciências do homem e as ciências da natureza”. (LEIS, 1991, p. 23).

“Nossa cultura adotou modelos individualistas e reducionistas, não se importando com a interdependência dos fenômenos ambientais”. (LEIS, 1991, p. 7). As grandes conquistas tecnológicas alcançadas pela civilização moderna distanciaram a humanidade do seu meio natural, fazendo com que os homens acreditassem que dependiam cada vez menos dele.

De acordo com Leis (1991, p. 8), “por causa desse processo de dissociação chegou-se a tratar a natureza como um 'armazém' de recursos naturais infinitos”. Com a produção em grande escala, “os avanços tecnológicos impulsionam o consumo em massa, liquidando, assim, uma vasta quantidade de recursos naturais” (LEIS, 1991, p. 8).

Em reportagem da revista VEJA de 21 de agosto de 2002, sobre o título "A Terra Pede Socorro", o repórter Daniel Hessel Teich (2002), faz algumas citações com base em relatórios da ONU que demonstram a atual situação do planeta:

- uma nuvem de poluentes do tamanho de três Brasis e com 3 quilômetros de espessura cobre uma parte da Ásia, onde vive um quinto da humanidade;
- a escassez de água potável atinge 2 bilhões de pessoas, nesse ritmo dentro de 25 anos, serão 4 bilhões os que sofrerão por falta de água potável;
- a água contaminada pelo descaso ambiental mata 2,2 milhões de pessoas por ano;
- 3 milhões de mortes são causadas anualmente pela poluição do ar;
- as emissões de carbono, o grande responsável pelas mudanças climáticas e pelo aquecimento global, cresceram 10%. Somente nos Estados Unidos, que abandonaram o Protocolo de Kyoto, tratado assinado por 178 países para controlar as emissões desse gás, o salto foi de 18%;
- 95% dos esgotos em países pobres são lançados nos rios;
- 30 milhões de toneladas de lixo são despejados anualmente no meio ambiente;
- só o Brasil possui 100 milhões de pneus abandonados.

Diante desse ciclo vicioso de maior produção para atender o consumo exagerado, com resultados catastróficos como se pode ver no quadro apresentado pela VEJA, segundo Leis (1991, p. 26), "mais do que diante de uma 'crise demográfica' ou uma 'crise de recursos' encontramos-nos diante de uma crise civilizatória, uma crise generalizada de toda a humanidade na biosfera".

Lutzenberger (1980, p. 16) considera que “a atual crise ecológica não é fruto de nossas más intenções, mas sim de nossas boas intenções. A causa desta crise é cultural e filosófica”.

Todavia, para o pensamento ambientalista, a natureza possui valores próprios. Tais valores presumem a existência de uma harmonia, de uma ordem que os homens estariam fadados a conservar, caso não queiram assistir ao esgotamento das fontes energéticas da Terra da qual dependem. (LEITÃO, 1993, p. 153).



Foto 04 - Lixo na Indonésia: 95% dos esgotos em países pobres são lançados em rios.

Fonte: “A terra pede Socorro”,
Revista Veja, 01/08/2002

Foto 05 - Queimada no cerrado brasileiro:
região ameaçada pela
desertificação.

Fonte: “A terra pede Socorro”, Revista
Veja, 01/08/2002



Queimada no cerrado brasileiro:
região ameaçada pela desertificação

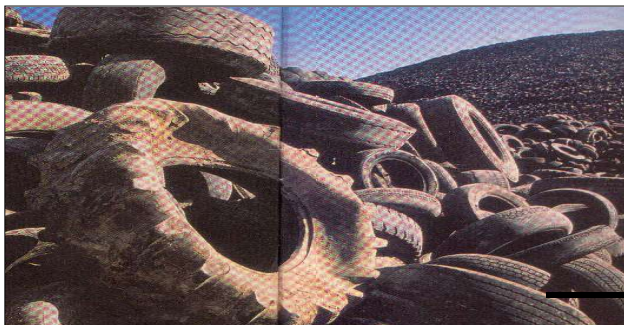


Foto 06 - Montanha de pneus
nos Estados Unidos.

Fonte: Revista Veja, 21/08/2002

2.2.1 OS PROBLEMAS AMBIENTAIS GLOBAIS

A deterioração dos recursos naturais na terra não tem acontecido apenas nas últimas décadas, como parecem indicar os atos internacionais, agendas, acordos e protocolos, cada vez mais abrangentes. Existe desde o surgimento do homem na face da terra.

Os homens das cavernas utilizavam os recursos naturais, mas como esta utilização se restringia ao atendimento de suas necessidades mais urgentes, não representaram um risco à vida do planeta.

Segundo McCormick (1992, p. 15), as cidades Sumérias, abandonadas há 3.700 anos, pela salinização e alagamento provocados pelo uso contínuo de irrigação, são amostras do que o uso desmedido do meio ambiente pode provocar na natureza.

Há quase 2.400 anos, Platão deplorava o desmatamento e a erosão do solo provocados nas colinas da Ática pelo excesso de pastagem e pelo corte de árvores para lenha. Na Roma do século I, Columéia e Plínio, o Velho, advertiram que o gerenciamento medíocre os recursos ameaçava produzir quebras de safras e erosão do solo. (McCORMICK, 1992, p. 15).

Embora antigo, o fenômeno da agressão ao meio ambiente era considerado como consequência normal do progresso tecnológico e econômico, só começando a exigir tratamento jurídico especial após a segunda guerra mundial, no final dos anos de 1950.

Inexistia, até então, uma consciência coletiva sobre os problemas ambientais, embora existissem manifestações de pessoas e países sobre o possível esgotamento dos recursos naturais no planeta. Mas, tratavam em sua maioria, apenas, da perspectiva econômica do esgotamento da matéria prima para as indústrias.

Analisando as revoluções conceituais do século XX, podemos dizer que poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. (McCORMICK, 1992).

O avanço do conhecimento técnico/científico e o surgimento de novas fontes de energia trazem consigo novas formas de degradação ambiental e novos riscos à vida humana.

Na Europa, o meio ambiente havia sido manipulado pelo homem durante séculos. A agricultura transformara a paisagem, retirando da natureza todas as suas florestas, não existia terra que não tivesse sido utilizada pela agricultura e nenhuma ilha que não fosse habitada.

As influências internacionais se disseminaram e o conhecimento dos especialistas alemães sobre florestas foi exportado para os Estados Unidos e para a Índia via Grã Bretanha, para a Austrália via Índia e assim ganhou o mundo.

O Romantismo e o Darwinismo alteraram as percepções humanas muito além de seus respectivos lugares de origem. E o mundo então estava preparado para o surgimento dos movimentos ambientalistas.

O movimento ambientalista não teve um marco inicial claro, não começou num país para depois se alastrar pelos outros, surgiu em lugares diferentes e geralmente por motivos diversos.

O próximo item trata da evolução do pensamento ambientalista desde as primeiras manifestações até os dias de hoje, e que resultaram em grandes encontros e acordos internacionais.

2.2.2 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

A primeira metade do século passado foi marcada pelo início de grandes desastres ambientais, incluindo-se nesse entendimento as duas grandes guerras mundiais. Nessa época, alguns idealistas começavam a árdua batalha de tentar despertar nos governos e no conjunto da sociedade a consciência da importância da proteção ao meio ambiente.

O ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra. Ganhou dezenas de milhões de adeptos, criou novos órgãos de legislação, engendrou os novos partidos políticos, encorajou uma avaliação das prioridades econômicas e tornou-se tema de políticas internas e relações internacionais e acima de tudo mudou nossas percepções do mundo no qual vivemos. (McCORMICK, 1992, p. 15).

Os testes atômicos, provocando chuvas ácidas em regiões distantes do local de suas aplicações e a utilização da bomba atômica na segunda guerra, além do segredo que encobria estes testes nucleares, fizeram com que os ambientalistas conseguissem realizar, em 29/07/1960, a Convenção de Paris para regulação da utilização de energia atômica. Essa convenção criou um regime profundamente original de responsabilidade na época, permanecendo como modelo, ainda hoje, para responsabilização de empresas, cuja atividade provoque graves perigos para o meio ambiente relacionado aos danos causados pelas substâncias nucleares.

Seguiu-se a essa a Convenção de Viena, de 21/05/1963, que se assemelha à de Paris, procurando delimitar a aplicação da teoria da responsabilidade nuclear e da conseqüente reparação do dano (LANFREDI, 2002).

Apesar dos avanços conseguidos com essas convenções, existiam ambientalistas que levantavam suspeitas de que esses acordos teriam sido assinados somente para impedir que outras nações viessem a desenvolver-se nesse ramo, pois as nações envolvidas já haviam conseguido desenvolver os seus projetos nucleares.

Outro acontecimento importante ocorrido nessa época foi a publicação do livro de Rachel Carson, em 1962, *Silent Spring*, onde foram detalhados os efeitos da má utilização de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, na destruição de espécies, provocando mesmo a extinção de algumas. A sua publicação gerou muita controvérsia e aumentou a consciência pública quanto à implicação da atividade humana sobre o meio ambiente e quanto a seu custo para a sociedade humana.

Na segunda metade do século XX, a opinião pública da época encontrava-se extremamente sensibilizada pelos freqüentes desastres ecológicos provocados por marés negras, decorrentes dos naufrágios de petroleiros a exemplo de: Torey Canyon, em 1967, Amaro Cadiz, em 1978; posteriormente, o Exxon Valdez, em 1985.

Os desastres ecológicos provocados pelos freqüentes naufrágios de navios petroleiros desencadearam uma forte reação internacional que culminou com a Convenção de Bruxelas, em 29/11/1969, onde ficou estabelecido o princípio de responsabilidade objetiva dos proprietários desses navios, pelos danos causados ao meio ambiente, o que foi ratificado pela França em 1977 (LANFREDI, 2002).

No Brasil, as queimadas na Amazônia, a dizimação dos índios e a morte do seringueiro Chico Mendes desencadearam, no mundo inteiro, uma preocupação com nossos problemas ambientais.

A Conferência de Estocolmo surge como o resultado de várias conferências preparatórias. Foi realizado em junho de 1971, em Founex, um encontro que resultou no Relatório de Founex. Nesse encontro, as relações envolvendo meio ambiente e desenvolvimento são exaustivamente discutidas e mostram como resultado um caminho intermediário entre as abordagens reducionistas do ecologismo intransigente e do economicismo estreito e rigoroso, defendidos pelos "Malthusianos" e "Cornucopianos" (SACHS, 1991).

Outra contribuição importante para a conferência de Estocolmo foi à publicação do estudo "Limites do Crescimento" em 1972, por Dennis L. Meadows, relacionado ao pensamento do grupo de pesquisadores do Clube de Roma.

Para alcançar estabilidade econômica e ecológica, Meadows propõe o cancelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostra a realidade dos recursos limitados e rediscute a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. (BRÜSEKE, 1998).

A Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972, foi suscitada pela Suécia em 1969, durante a XXIII Assembléia Geral da ONU. Já naquela época a degradação ambiental era tema de preocupações gerais. Contudo, foi o desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão (quando pescadores e moradores foram seriamente contaminados por mercúrio vertido pelas indústrias locais), que detonou a solicitação sueca de que a ONU votasse uma resolução a favor da realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente. "A proposta sueca foi aprovada, tendo sido decidido, pela XXIV Assembléia Geral, que tal Conferência seria em Estocolmo." (LANFREDI, 2002).

Desde a primeira reunião preparatória de Estocolmo, a Founex, em 1971, o Brasil, que na época vivia seus anos de "milagre econômico", manifestou divergências em relação às propostas dominantes, que falavam em parada no crescimento e na constituição dos recursos naturais em patrimônio comum da humanidade. O enviado brasileiro ao Painel de Desenvolvimento e meio ambiente declarou então que o compromisso prioritário brasileiro era com o desenvolvimento acelerado e que a recuperação de desequilíbrios ambientais deveria ser de responsabilidade do Primeiro Mundo. Na XXIV Assembléia Geral da ONU, ainda em 1971, os países primeiro mundistas pretenderam fazer passar uma resolução que transformava os recursos naturais em patrimônio da humanidade e os colocava sob a administração de um fundo mundial.

A delegação brasileira se opôs totalmente à proposta e repetiu sua oposição ao longo da Conferência de Estocolmo, conseguindo influenciar alguns princípios consignados pela Declaração de Estocolmo, como, por exemplo, o Princípio VIII, que defende o desenvolvimento econômico essencial, derrotando a proposta de crescimento zero inspirada no Relatório Meadows e no Clube de Roma. (MEADOWS. et al., 1972).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em junho de 1972, lançou a Declaração sobre o Meio Ambiente, constando de 26 princípios, que deu origem ao chamado "Espírito de Estocolmo", uma preocupação com a degradação da biosfera.

O primeiro princípio desta Conferência é, nesse sentido, particularmente significativo: o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em ambiente que esteja em condições de permitir uma vida digna e de bem-estar; tem ele a grave responsabilidade de proteger e melhorar o ambiente para as gerações futuras.

A partir dessa declaração, começa haver aceitação dos princípios desta conferência, pelas nações em geral e, desde então, a situação não cessou de evoluir, mediante a assinatura de acordos, protocolos, além de convenções para a proteção internacional do meio ambiente.

Em 1973, surge pela primeira vez o termo Eco-desenvolvimento, sendo utilizado por Maurice Strong para caracterizar a uma concepção alternativa de política de desenvolvimento.

Ignacy Sachs (1976, p. 41-65) formula os princípios básicos desta nova versão de desenvolvimento, que demonstram ligações com o Self-reliance defendido épocas atrás por Gandhi e outros, considerando seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento:

- a) satisfação das necessidades básicas;
- b) a solidariedade com as gerações futuras;
- c) a participação das populações envolvidas;
- d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) a elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- f) programas de educação.

Ainda nessa época (1973) surge a teoria de Mahbud Ul Haq, mais tarde (1977) também defendida por Dieter Senghaas que diz que somente a dissociação dos países centrais dos países periféricos poderia garantir o desenvolvimento dos últimos (BRÜSEKE, 1998. p.31).

Em 1974, como resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada no México, e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) é publicada a declaração de Cocoyok, também conhecida com Founex II, onde ficou estabelecida a seguinte hipótese:

- a) a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo: pobreza gera o desequilíbrio demográfico;
- b) a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais;
- c) os países industrializados contribuem para os problemas do desenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo.

Pela convenção de Cocoyok, “não existe somente o mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, existe também um máximo. Neste sentido, os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera”.

O relatório Founex, a Declaração de Estocolmo e a Declaração de Cocoyoc continham uma mensagem de esperança com respeito ao planejamento e à implementação de estratégias ambientalmente viáveis para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo ou para o eco-desenvolvimento, que posteriormente os pesquisadores anglo-saxões denominariam "desenvolvimento sustentável".

Como aprofundamento do Relatório de Cocoyok, surge em 1975 o Relatório de Dag-Hammar skjöld que resultou da colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países, mais treze organizações da ONU. Esse relatório analisa a questão do abuso de poder e a sua interligação com a degradação ecológica (SACHS, 1991).

Brüseke (1998, p. 32), falando do Relatório de Dag-Hammar skjöld, diz que "ele mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura nas mãos de uma minoria social e dos colonizadores europeus. Grandes massas da população original foram expulsas e marginalizadas, sendo forçadas a usar os solos menos apropriados".

Em decorrência da Conferência de Estocolmo, foram criados alguns órgãos de caráter internacional para o monitoramento do meio ambiente, tais como: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa Observação da Terra (Earthwatch), que monitora as diversas formas de poluição e foi também criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Durante cinco anos (1983/1987) a CMMAD, composta por 21 países membros da ONU e presidida pela senhora Gro Harlem Brundtland (primeira-ministra da Noruega), pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Em 1987, a CMMAD produziu seu relatório, que ficou conhecido como Relatório Brundtland ou "Nosso Futuro Comum". Tal relatório, que veio a servir de fundamentação para a elaboração de propostas políticas a serem debatidas na RIO/92, trouxe dois novos conceitos: o de "desenvolvimento sustentável" e o de uma "nova ordem econômica internacional". (CMMAD, 1991)

No Relatório Brundtland de 1988, as propostas e análises partem do pressuposto de que é possível e desejável conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, coisas que até então eram tidas por incompatíveis. O fundamental no Relatório é a busca do "*desenvolvimento sustentável*", a ser alcançada através de uma "nova ordem econômica internacional". Segundo Brüseke, no Relatório Brundtland o

"Desenvolvimento Sustentável" é definido como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas" (p. 9); é um "processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras" (p. 10); é um "desenvolvimento que mantém as opções futuras" (p. 46); é uma "correção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento" (p. 53), a fim de torná-lo "menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto" (p. 56). Em suma, o "desenvolvimento sustentável" prevê "a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama a atenção para a nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade, tanto entre gerações, quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual, pressupõe o crescimento para todos e cogita dos direitos das gerações futuras de ter acesso aos recursos da natureza para a sua sobrevivência." (BRÜSEKE, 1998, p. 33).

O relatório Brundtland apresenta uma lista de medidas a serem tomadas:

Em nível de Estado Nacional:

- a) limitação do crescimento nacional;
- b) garantia da alimentação em longo prazo;
- c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- e) aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;

- f) controle da urbanização selvagem e interligação entre campo e cidade menores;
- g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Em nível internacional:

- a) as organizações internacionais devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável;
- b) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os Oceanos, o Espaço;
- c) guerras devem ser banidas;
- d) a ONU deve implantar um sistema de desenvolvimento sustentável (BRÜSEKE, 1998, p. 33).

Segundo Brüseke (1998), comparando-se as discussões ocorridas nos anos 70 (a Declaração de Cocoyoc e o Relatório Dag-Hammar skjöld), constata-se que o relatório da comissão Brundtland possui um elevado grau de realismo.

Ele nem propaga a dissociação ou estratégia da *self-reliance* nem a despedida do crescimento econômico. Em interesses nacionais, ele toca com cuidado e mantém sempre um tom diplomático, provavelmente uma das causas da sua grande aceitação depois de ser publicado. Todavia, a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados tem, em comparação com os documentos internacionais (Declaração de Cocoyoc e Relatório Dag-Hammar skjöld), um espaço bastante diminuído. “O relatório Brundtland define, ou pelo menos descreve, o nível do consumo mínimo, partindo das necessidades básicas, mas é omissa na discussão detalhada do nível máximo de consumo (e de uso de energia, etc.) nos países não-industrializados.” (BRÜSEKE, 1998).

Cada vez mais, a crescente conscientização da opinião pública e a pressão dos movimentos civis e dos partidos verdes desempenharam papel significativo nesse processo. A emergência da sociedade civil na cena política como um terceiro sistema de poder, ao lado dos Estados e do poder econômico, deve ser vista como um dos acontecimentos mais importantes dos últimos anos como se pode constatar através da derrubada dos regimes autoritários no Leste europeu e as organizações de movimento de base no Sul lutando pela alimentação, moradia e meio ambiente. Esses movimentos de base tiveram reflexos em Teresina por meio da atuação da

Igreja Católica, com a criação de grupos de jovens que resultaram, mais tarde, nas associações de bairros.

Herculano (1991) ao analisar o pensamento ambientalista, próximo a realização da Rio-92, comenta como se encontravam os ânimos naquele momento.

Estas novas expressões, muito abstratas e ambíguas, vêm sendo interpretadas das mais diversas formas pelos diferentes atores sociais, ora despertando o nosso imaginário e uma certa esperança milenarista, ora alimentando suspeita acerca de uma conspiração do hemisfério norte contra o sul. Assim é que os otimistas chegam a enxergar na RIO/92 a instauração de uma ansiada Era de Aquário, de inauguração da sensatez, da justiça social e do espírito de fraternidade entre os povos do mundo, supondo que os mandatários dos cerca de 150 países-membro aqui chegarão, de espíritos desarmados e corações abertos, para passar uma borracha no livro da História e traçar novas estruturas políticas para uma convivência feliz. Os pessimistas, por sua vez, vêem na RIO/92 apenas um novo estágio do neocolonialismo, o processo final de uma campanha orquestrada pelo Primeiro Mundo, que quer tomar para si a biodiversidade, ou seja, os recursos genéticos dos ecossistemas localizados no Terceiro Mundo, bem como legitimar um programa, já em curso, de dizimação das populações terceiro-mundistas.

Em 1991, o Plano de Ação Cívica para a Década de 90, a Agenda “Ya Wananchi”, preparada para a conferência global de Organizações Não Governamentais (ONG), "Raízes do Futuro", realizada em Paris, apresenta os princípios de uma nova configuração participativa em nível local (urbano e rural), nacional e global.

De 3 a 14 de junho de 1992, reuniram-se, no Rio de Janeiro, mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de governos para participarem da Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento (UNCED), conhecida com ECO 92 ou Rio 92.

Resultaram dessa conferência, assinadas por cerca de 179 países, duas convenções que abrigam as partes relativas: a mudança climática e biodiversidade, e duas declarações: a declaração do Rio, conhecida com Carta da Terra e das Florestas e a Agenda 21. (BRASIL, 1993).

Segundo Lanfredi (2002), o objetivo do documento foi criar regras de direito internacional que assegurem, em nível mundial, proteção ao meio ambiente, levando em conta a necessidade de garantir aos países menos ricos o direito ao desenvolvimento, mas evitando a acentuada degradação ambiental que hoje se nota e que coloca em risco o direito das gerações futuras a um ambiente sadio.

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1992, p. 03), os problemas ambientais mais sérios que os países em desenvolvimento enfrentavam à época eram: água

insalubre, saneamento inadequado, esgotamento dos solos e fumaça da lenha e do carvão queimado nas usinas.

De acordo com esse mesmo relatório, os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento diferiam daqueles enfrentados pelos países ricos. Os países ricos, segundo o Relatório do Banco Mundial (1992, p. 5), convivem com problemas ambientais que representam uma ameaça muito maior à vida humana. As emissões de dióxido de carbono, destruição do ozônio estratosférico, "Smog" fotoquímico, chuva ácida e resíduos tóxicos eram alguns dos problemas ambientais dos países ricos, que colocavam em risco a vida das populações das nações mais desenvolvidas à época.

As agressões ao meio ambiente afetavam, segundo o Relatório, o bem-estar da humanidade e podiam produzir três tipos de problemas:

- a) a saúde humana poderia ser afetada;
- b) a produção econômica poderia diminuir;
- c) a satisfação com um meio ambiente limpo poderia ficar comprometida.

O relatório do Wordwatch Institute, de 1993, critica os resultados dessa conferência: "Apesar do interesse mundial mais intensivo pelo futuro do planeta, a conferência da ONU não correspondeu nem às esperanças e nem às expectativas com ela ligadas. "Muitos problemas surgiram em consequência da pressão da delegação dos Estados Unidos em favor da eliminação das metas e dos cronogramas para eliminação da emissão de CO₂ do acordo sobre o clima; assim, este foi transformado em uma declaração de boas intenções. Também a convenção sobre proteção da biodiversidade teve alguns pontos fracos; o mais grave foi a falta de assinatura dos Estados Unidos.

Em setembro de 2000, sob a égide da ONU, foi realizada uma conferência que ficou conhecida como a "Cimeira do Milênio". A declaração do Milênio resultante dessa conferência, da qual participaram 147 Chefes de Estados e de 191 países, é um resumo das deliberações acordadas nas conferências da ONU nos anos de 1990, ou saídas dos debates que tiveram lugar em instituições multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE).

Essa declaração é um documento que define objetivos em matéria de desenvolvimento e de combate à pobreza em todo o mundo. Nele, os países signatários, além de terem se comprometido a alcançar, até 2015, objetivos que consistem em reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil, afirmam assegurar o acesso de todos aos cuidados de saúde reprodutiva,

inverter a tendência para a perda de recursos ambientais e aplicar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável até 2005. Os dirigentes de diversas partes do mundo comprometeram-se também a:

- a) reduzir à metade a percentagem de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia;
- b) reduzir para metade a percentagem de pessoas que sofrem de fome no mundo;
- c) reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável no mundo;
- d) assegurar o ensino primário universal;
- e) assegurar a igualdade entre os sexos em matéria de acesso à educação;
- f) reduzir em três quartos as taxas de mortalidade materna;
- g) reduzir em dois terços as taxas de mortalidade de menores de cinco anos;
- h) deter e inverter a tendência de propagação do VIH/SIDA, da malária e de outras doenças graves.

Apesar das dificuldades em se atingir as metas estabelecidas na Conferência Cimeira do Milênio, pela recusa de alguns países de assinarem protocolos de intenção no sentido de se alcançar essas metas, como os Estados Unidos, mesmo assim, o que se pode verificar é que apesar de o século XX deixar uma herança muito pesada, em termos de problemas ambientais para o século XXI, com este tratado e a atuação das ONGs, pode-se constatar um processo de conscientização dos habitantes do planeta com esta situação.

2.3 O AMBIENTALISMO

“Inúmeras revoluções ocorreram no século XX, mas poucas forjaram uma mudança tão universal nos valores da humanidade como a revolução ambientalista.” (McCORMICK, 1992, p. 15).

O ambientalismo transpôs barreiras políticas, nacionais e religiosas e está difundido em quase todos os países do globo terrestre. O mais importante de tudo é o fato de que o

ambientalismo foi o responsável por uma mudança na percepção dos habitantes da terra, chamando a atenção destes para o mundo em que vivem. (McCORMICK, 1992, p. 15).

Para McCormick (1992, p. 15), "pela primeira vez a humanidade foi despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana". Apesar da degradação do meio ambiente remontar à antiguidade, os movimentos ambientalistas surgem somente no início do século XX.

Com o surgimento das termoeletricas, das máquinas e dos novos combustíveis derivados de compostos orgânicos, surge também a poluição do ar. A Grã-Bretanha, que já tinha sido iniciada no campo do ambientalismo, com as publicações sobre história natural de Gilbert White em 1788, aprova, em 1863, a primeira lei de amplo espectro contra a poluição do ar no mundo, sendo criado o primeiro órgão de controle da poluição (McCORMICK, 1992).

Os primeiros grupos protecionistas surgiram, também, na Inglaterra por volta da década de 1860 e, na virada do século, surgem nos Estados Unidos os preservacionistas de áreas virgens e os conservacionistas de recursos naturais.

Urban (1998) faz um relato sobre a manifestação das mulheres londrinas contra a utilização de plumagem de aves do Brasil, no final do século XIX, que serve como um testemunho destes acontecimentos.

Em 1885, as aves brasileiras continuavam servindo de matéria-prima de um florescente comércio com a Europa, as mulheres londrinas se organizaram na liga da plumagem, protestaram publicamente contra a moda que estimulava o uso de penas de animais tropicais e iniciaram um boicote contra a importação (URBAN, 1998, p. 30).

Embora ainda existam fatos isolados de defesa do meio ambiente a serem citados, como as publicações do cientista Von Matius, com sua *Flora Brasileins*, publicada em fascículos de 1840 a 1906, de acordo com McCormick (1992, p. 16), "a verdadeira revolução ambiental só aconteceu depois de 1945, com o período de maiores mudanças se verificando a partir de 1962".

Os movimentos ambientalistas emergiram em locais e em épocas diferentes, e o motivo do seu surgimento deve-se à compreensão dos custos que a poluição, a caça e a devastação florestal estavam causando ao meio ambiente.

Para McCormick (1992, p. 21), "os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional".

O autor observa ainda que “esta evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência”.

No Brasil, os problemas ambientais se intensificam com a chegada dos portugueses. Segundo Urban (1998, p. 70), “já nos primeiros séculos depois do descobrimento, as florestas brasileiras foram consumidas para abastecer a armada portuguesa, a reconstrução de Lisboa, as companhias e o ambicioso arsenal da Marinha Lusitana”.

No Piauí, o problema foi mais grave ainda porque, além da derrubada da mata nativa para a pastagem do gado, a dizimação das populações indígenas teve caráter de erradicação.

A legislação ambiental brasileira sempre encontrou e ainda hoje encontra dificuldades na sua aplicação. Na visão de Urban (1998, p. 70), “a proteção legal das florestas brasileiras nasceu sob égides pouco recomendadas, entre a insanidade da rainha de Portugal, D. Maria I, e a ambição ilimitada do comércio europeu”.

A legislação ambiental no Brasil, embora não seja inexistente, pois se tem notícia dela desde os primeiros séculos após a sua descoberta (sob a influência das leis portuguesas), não conseguiu deter, àquela época, a exploração madeireira para exportação do Pau Brasil; a devastação de grandes áreas para o cultivo de cana de açúcar, algodão, cacau e café; as áreas de mineração e ainda a abertura de campos para pastagem; para a expansão de cidades e a conseqüente erradicação das nações indígenas que aqui existiam.

A Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1998 consolida a legislação ambiental, com o estabelecimento do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente sustentável e o direito ao acesso à habitação digna preconizada nas Agendas Internacionais.

2.3.1 O NOVO AMBIENTALISMO

O novo ambientalismo tem muitas raízes. Para McCormick (1992, p.79), “afluência, descontentamento dos jovens, desastres de primeira página e tendências sociais e econômicas mais amplas, todos esses fatores tiveram seu papel no engendramento da mudança”. Não foram crises repentinas e questões isoladas que contribuíram para a formação do movimento.

As organizações ambientalistas, como os movimentos sociais na sua maioria, extinguem-se quando os objetivos perseguidos são alcançados. Apesar de muitas organizações

antigas não sobreviverem à passagem do tempo, milhares de novas organizações emergiram no cenário mundial, diferenciando-se de suas precursoras sob dois aspectos, a seguir mencionados (McCORMICK, 1992, p. 63).

Em primeiro lugar, o novo ambientalismo estava mais preocupado com a humanidade e seus ambientes, ao contrário dos preservacionistas e conservacionistas, que enfatizavam o ambiente não humano e o gerenciamento racional dos recursos naturais respectivamente.

O segundo aspecto é que o novo movimento ambientalista era mais ativista e político, em oposição aos antigos grupos de preservacionistas e conservacionistas. Estes últimos defendiam objetivos filantrópicos, enquanto os primeiros se baseavam em argumentos da ciência econômica (McCORMICK, 1992, p. 64).

De acordo com McCormick (1992, p. 64), "para os protecionistas a questão era a vida selvagem e o habitat; para o novo ambientalismo a própria sobrevivência estava em jogo".

O novo ambientalismo defendia que os desastres ambientais só poderiam ser evitados através de mudanças nos valores das sociedades industriais. Para McCormick (1992, p. 64), "o novo ambientalismo pode ser visto como parte de uma transformação social mais ampla que ocorria então na sociedade ocidental".

A organização e a homogeneidade não são características do novo ambientalismo, tampouco eram dos antigos movimentos ambientalistas. O novo ambientalismo abriga um grande número de organizações e indivíduos que têm tendências e motivações diferentes embora possuam objetivos semelhantes (McCORMICK, 1992, p. 64).

Esse novo movimento, para McCormick (1992, p. 64), "continha elementos de anarquismo, evangelismo, reforma social, reforma política e - através de sua relação com a ecologia - ciência."

Não é simples explicar as razões para o aparecimento do novo movimento ambientalista, mas há pelo menos seis fatores que contribuíram para que esse movimento aflorasse. São eles: os efeitos da afluência, a era dos testes atômicos, o livro SILENT SPRING (CARSON, 1962), uma série de desastres ambientais bastante divulgados, avanços nos conhecimentos científicos e a influência de outros movimentos sociais. (McCORMICK, 1992, p. 65).

2.3.2 AS ORIGENS DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO

Embora já existissem no Brasil algumas manifestações de caráter preservacionistas e conservacionistas, as origens do ambientalismo brasileiro datam apenas de 1958, ano em que foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), órgão vinculado à União Internacional para a Conservação da Natureza, sediada na Suíça (VIOLA, 1992, p. 54).

A FBCN foi fundada no Rio de Janeiro e tinha como objetivo principal preservar a fauna e a flora, sobretudo as espécies ameaçadas de extinção. (VIOLA, 1992, p. 54). Entretanto, a constituição do movimento ambientalista ocorreu somente na década de 1970, período em que começam a aparecer propostas oriundas tanto do Estado quanto da sociedade civil. Esse movimento tem início em 1974, coincidindo com o princípio da política de distensão de Geisel, período caracterizado por um afrouxamento do controle estatal sobre as organizações da sociedade civil (VIOLA, 1992, p. 80).

Em 1971, um grupo de ativistas, liderado por José Lutzenberger, fundava a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que tinha como metas principais a defesa da fauna e da vegetação, o combate à mecanização excessiva do solo, o combate à poluição industrial e à poluição proveniente de veículos motorizados, etc. A AGAPAN, no início de 1980, conseguiu obter um forte apoio da opinião pública gaúcha para o combate ao uso indiscriminado de agrotóxico na lavoura (VIOLA, 1987, p. 87).

O crescimento do ambientalismo no Brasil foi consequência em parte das mudanças modernizadoras ocorridas na década de 1970, época em que as questões ambientais tiveram uma maior receptividade no seio da sociedade brasileira. (VIOLA; LEIS, 1992, p. 81).

Foram muitos os fatores que contribuíram para a instituição do movimento ambientalista brasileiro. Como fatores exógenos, podemos citar:

- a) as atividades de Lutzenberger e sua experiência como assessor de uma empresa agro-química estrangeira;
- b) os impactos da 1ª Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo; o processo de globalização dos meios de comunicação;
- c) o desmoronamento da esquerda marxista;
- d) retorno dos exilados políticos ao Brasil.

Já os fatores endógenos que levaram à emergência de um movimento ambientalista no Brasil foram:

- a) o processo acelerado de degradação do meio ambiente;
- b) a ascensão de uma nova classe média;
- c) a abertura política iniciada em 1974;
- d) o fracasso das lutas revolucionárias esquerdistas;
- e) a ambivalência entre o desenvolvimento das riquezas naturais, por um lado, e o saque de recursos naturais, por outro (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 90).

Em 1985, havia no Brasil 400 grupos ambientalistas e, em 1989, esse número aumenta para 700 organismos. Noventa por cento dessas organizações ambientalistas localizavam-se na região Sul e Sudeste do Brasil, principalmente no Estado de São Paulo. (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 96).

Viola e Vieira (1992) ressaltam a quantidade de organizações que surgiram na década de 1980, bem como suas origens.

Onze novas organizações profissionais de âmbito nacional foram criadas, na segunda metade da década de 80, com objetivos específicos: preservação de alguns ecossistemas e melhoria da qualidade da água ou do ar. Duas delas são ramos brasileiros de organizações internacionais: *Friends of the Earth* (Amigos da Terra) e *Greenpeace*. O quadro de pessoal das organizações varia de 10 a 50 pessoas e os recursos vêm de quatro fontes: financiamento transferido por organizações ambientalistas internacionais (*World Wildlife Fund*, *Conservation Internacional*, *Environmental Defense Fund*); contribuição de associados; subvenções recebidas de algumas empresas e contratos de serviço de órgãos governamentais (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 97).

Segundo Viola e Vieira (1992, p. 89), o ambientalismo brasileiro divide-se em duas fases: a primeira é a fase fundacional, que vai de 1971 a 1986; a segunda fase situa-se entre 1987 e 1991. É o período de institucionalização do movimento.

A seguir, aborda-se com mais detalhe a primeira fase do ambientalismo brasileiro.

2.3.2.1 A Fase Fundacional do Ambientalismo (1971-1986)

O período de formação do ambientalismo brasileiro é caracterizado por um movimento bi-setorial, que envolve as associações ambientalistas e as agências estatais de meio ambiente. A fase fundacional do ambientalismo caracterizou-se pela denúncia e pela conscientização pública. A manifestação contra a construção do aeroporto em Caucaia do Alto, em São Paulo, a luta contra a construção das usinas nucleares, a luta contra a inundação das cataratas no salto de Sete Quedas, no rio Paraná, o movimento em defesa da Amazônia etc., são exemplos de campanhas que tinham, como objetivos, tanto a denúncia quanto a conscientização pública.

O relacionamento entre as associações ambientalistas e as agências estatais é marcado, nesse período, ora por conflitos ora por cooperação.

O conflito está dado pelo questionamento recíproco que agências e entidades fazem de suas atuações na dinâmica sócio-ambiental. Por um lado, as associações percebem as agências agindo com mão branda com as indústrias poluidoras e muito devagar na apuração das denúncias de degradação feitas pelas entidades. Por outro lado, as agências percebem as entidades como ingênuas (na avaliação das forças econômicas agindo no conflito sócio-ambiental), incompetentes tecnicamente e desrespeitosas do conhecimento técnico detido por aquelas (VIOLA; LEIS, 1992, p. 84).

No tocante à cooperação entre as agências ambientais estatais e as entidades ambientalistas, Viola e Leis (1992, p. 84) afirmam que “a criação das agências estatais estimulou a formação das entidades ambientalistas e que uma parte expressiva de técnicos e dirigentes das agências estatais fazem parte de entidades ambientalistas”. Segundo Viola e Leis (1992), “O quadro das associações ambientalistas é composto basicamente por indivíduos de formação universitária, que auferem uma renda acima da média brasileira, e por um baixo contingente de estudantes”.

As associações ambientalistas não se preocupavam com muitas metas ao mesmo tempo, normalmente, se prendiam a um ou, no máximo, dois objetivos. Mas, essas entidades, embora tivessem objetivos definidos, continuavam a receber, com uma certa frequência, um número razoável de queixas e reclamações tanto de cidadãos isolados quanto de grupos informais ou outras associações. Viola (1987, p. 90) comenta que os alvos mais comuns de luta das associações, na fase ambientalista, são: uma indústria já instalada que polui ostensivamente a atmosfera ou o sistema de águas; um projeto de instalação industrial que se

suspeita que terá um alto impacto ambiental; a preservação de uma área verde que começa a ser degradada por uma exploração particular semiclandestina ou por um uso público predatório; uma área de preservação ecológica já definida legalmente que está sendo degradada pela falta de fiscalização das agências estatais (parques nacionais e estaduais, manguezais, dunas, etc.), uma área urbana de valor histórico-arquitetônico que ameaça ser devorada pela especulação imobiliária.

O esforço das associações ambientalistas para defender o meio ambiente acaba sempre as colocando em conflito com alguma organização particular ou com uma agência estatal. Quanto há um confronto com uma determinada empresa particular, as associações agem de duas maneiras: ou aliam-se às agências estatais, desde que percebam nessas agências uma disposição em se confrontar com a organização particular; ou entram em conflito com elas, quando percebem que as agências estatais são cúmplices da degradação.

A partir da década de 1980, o ambientalismo se aproxima da política. Em 1982, setores do ambientalismo conseguem eleger deputados e vereadores que fazem parte do movimento ambientalista. Dentre os ambientalistas que foram eleitos, podem ser citados Liszt Vieira (RJ), Walter Lazzarini (SP) e Caio Lustosa (RS).

Em 1985, é fundada a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC), através de um consenso entre os ambientalistas, particularmente da região Sul-Sudeste, que tinha como objetivo influir no futuro do Congresso Constituinte. Dos 20 ecologistas candidatos, somente Fábio Feldman consegue se eleger. Apesar de a CIEC não ter atingido os seus objetivos e ter entrado em colapso, a eleição de Fábio Feldman para o Congresso Constituinte e a exposição das idéias ambientalistas durante a campanha eleitoral contaram como um saldo positivo para o ambientalismo brasileiro (VIOLA, 1987, p. 63).

A partir de 1986, o ambientalismo aproxima-se ainda mais da política, na esperança de poder eleger um candidato que defenda as idéias ambientalistas no Congresso Constituinte.

2.3.2.2 A Fase de Institucionalização do Ambientalismo (1987 – 1986)

A partir da segunda metade da década de 80, segundo Viola e Leis (1992, p. 85), a preocupação pública com a degradação do meio ambiente transforma o ambientalismo num movimento multi-setorial e complexo.

Além dos dois setores que existiam anteriormente - as associações ambientalistas e as agências estatais, três novos setores somam-se ao ambientalismo brasileiro: o sócio ambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais; os grupos e instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental e um pequeno setor dos gerentes e do empresariado que pautam seu processo produtivo e investimentos pelo critério da sustentabilidade.

Para Viola e Leis (1992, p. 86), nessa época o movimento ambientalista multissetorial e complexo rompe com o isolamento e a especulação que caracterizavam o ambientalismo bissetorialista e "passam a intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas".

Tem início, assim, um processo de institucionalização das associações ambientalistas, que deixam de lado sua conduta voluntarista para se tornarem associações profissionais.

A denúncia, muitas vezes radical, da degradação ambiental foi o motor implícito ou explícito das entidades ambientalistas durante o período formativo. As organizações profissionais não têm como objetivo a denúncia. Elas têm como objetivo central a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado (VIOLA; LEIS, 1992, p. 86).

As entidades profissionais começam, então, a ter grande penetração nas agências estatais de meio ambiente, nos órgãos legislativos, nos cientistas, nos empresários, e são responsáveis, ainda, pela introdução de um novo estilo administrativo onde se visa principalmente à eficiência e o interesse social de longo prazo.

Pode-se citar, entre essas novas entidades profissionais, a SOS Mata Atlântica, Funatura, a Ecotrópica, o Instituto de Estudos Amazônicos, a Fundação Mata Virgem, os Amigos da Terra, o *Greenpeace* Brasil e a Fundação *Biodiversitas*.

Por volta da metade da década de 1980, os movimentos sociais são influenciados pelo ambientalismo, surgindo nesta época o que Viola (1992, p. 63) denomina de sócio ambientalismo. O sócio-ambientalismo conta com um número expressivo de organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicais, que, segundo Viola e Leis (1991, p. 88), "têm incorporado a questão ambiental como uma dimensão importante de sua atuação".

A tentativa de se criar um partido verde no Brasil não foi bem sucedida. Inicialmente, houve um debate em 1985 e em 1986, segundo Viola (1992, p. 64), a viabilidade da criação de um partido verde brasileiro se resumia a três posicionamentos:

- a) para uma minoria de ambientalistas, a criação de um partido verde não era desejável;
- b) a maioria dos ambientalistas defende a idéia da criação de um partido verde, mas acha inviável a curto e médio prazo;
- c) uma minoria de ambientalistas defende a criação de um partido verde em curto prazo.

O fato de o Partido Verde - PV não ter dado importância à estrutura dos partidos verdes europeus e de ter evitado a aproximação com políticos oportunistas teve como resultado a limitação geográfica do PV a apenas um Estado brasileiro: o Rio de Janeiro. (VIOLA, 1992, p. 66).

Até o início dos anos 80, o ambientalismo considerava ecologia e economia "como duas realidades antagônicas" (VIOLA, 1992, p. 66). Os ambientalistas tinham uma visão ingênua e simplista, pois acreditavam que a mudança da política em direção a uma sociedade ecologizada se daria através de uma transformação nos valores e atitudes da sociedade e do acesso das maiorias pobres ao poder (VIOLA, 1992, p. 66).

Depois de enfrentar sérias dificuldades na busca de soluções para os problemas das metrópoles brasileiras e fracassar nas eleições presidenciais de 1989, o PV entra em colapso e, em 1990, "perde o registro provisório na Justiça eleitoral" (VIOLA et. al., 1992, p. 65). Voltou somente a atuar no final da década de 1990, elegendo representantes em alguns estados brasileiros.

2.4 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

Na conferência sobre meio ambiente realizada em Estocolmo (1972), na Suécia, a tese da delegação brasileira saiu derrotada. O discurso dos delegados brasileiros defendia que a proteção do meio ambiente era um objetivo secundário e não representava uma prioridade na agenda das nações em desenvolvimento. A proteção do meio ambiente, segundo os representantes brasileiros, conflitava com o objetivo central e imediato do crescimento econômico. Dessa forma, a proteção do meio ambiente seria um empecilho ao desenvolvimento econômico.

Como a posição do Brasil era conflitante com a dos países ricos, para melhorar a situação do Brasil, junto à comunidade internacional, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Esta secretaria tinha como atribuição a conservação do meio ambiente e o

uso racional dos recursos naturais. Estava subordinada ao Ministério do Interior, que tinha como tarefa implantar a "estratégia do crescimento econômico acelerado". Tarefa até certo ponto contraditória, à época, acelerar o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Em 1981, é aprovada a Lei nº 6938 da Política Nacional de Meio Ambiente, sendo regulamentada somente em 1983. Dois anos depois, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, cuja função era definir as políticas e coordenar as atividades do governo na área ambiental.

A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente foi responsável pela criação de duas instituições importantes: o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). O CONAMA está vinculado à presidência da República e tem a atribuição de formular as políticas ambientais. O SISNAMA inclui os órgãos do governo que têm a incumbência de proteger e gerir a qualidade ambiental nos níveis federal, estadual e municipal. O SISNAMA abrange também os órgãos da administração pública federal cujas ações interferem no meio ambiente. Os órgãos públicos federais responsáveis pela execução da política nacional de meio ambiente são a Secretaria Nacional do Meio Ambiente (SEMAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Segundo a Lei nº 8.028, de 12 de junho de 1990, cabe à SEMAM (Secretaria Nacional do Meio Ambiente) planejar, coordenar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, e ao IBAMA "executar e fazer executar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente".

Também compete ao IBAMA fiscalizar a legislação ambiental, tarefa que não tem sido fácil, haja vista sua deficiente estrutura, a falta de verbas e a burocracia para liberação de recursos. A centralização das ações do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a tentativa de fortalecer as suas superintendências têm relegado a um segundo plano a sua relação com os órgãos estaduais de meio ambiente.

Por outro lado, em 1986, surgia uma articulação formada por várias entidades do movimento popular: ONGs, federações de sindicatos urbanos, setores universitários e ainda técnicos de órgãos públicos. Essas organizações atuaram no sentido de implementar uma bandeira de luta direcionada para a organização, discussão e encaminhamento de propostas de solução para as complexas questões relativas à degradação da vida nas cidades brasileiras.

Em 1987, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, como ficou conhecido esse movimento, inicia suas atividades coordenando o conjunto de atores sociais envolvidos no

trabalho de elaboração e negociação da Emenda Popular pela Reforma Urbana dentro do processo de participação da elaboração da nova Constituição Brasileira, sendo responsável pela criação do Capítulo Urbano na Constituição de 1988, que contém a Função Social da Propriedade que só vem a ser regulamentado com o Estatuto da Cidade em julho de 2001.

À Caixa Econômica Federal, como principal órgão do governo federal responsável pelos repasses do Orçamento Geral da União aos municípios e por isso interessada no planejamento urbano dos municípios brasileiros, coube a divulgação deste instrumento de participação popular. A divulgação tem sido feita através das Conferências das Cidades e de seminários ministrados por técnicos daquela entidade junto aos órgãos estaduais e municipais.

Com a nova Constituição de 1988, o Estado Brasileiro começa a se sensibilizar com a questão do desenvolvimento sustentável, resultante da conferência de Estocolmo em 1972 registrando no seu Artigo 225 essa preocupação:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2003).

O parágrafo primeiro do artigo 225 assegura a efetividade desse direito, incumbindo ao Poder Público a obrigação de:

- a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- b) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- c) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, e estabelece que é vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- d) estabelece o estudo prévio de impacto ambiental, para a instalação de obra de considerável impacto ambiental;
- e) o controle da produção técnica, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

- f) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- g) proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (CFB, 1998, art. 225 & 1º).

Nos capítulos seguintes, regulamenta ainda a responsabilidade de recuperar o meio ambiente degradado, por aquele que explorar recursos minerais, devendo a recuperação do meio ambiente ser de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente e na forma da lei. Estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados; estabelece a indisponibilidade das terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, quando forem necessárias à proteção dos ecossistemas naturais; estabelece que deverá ser definida por lei federal a localização de usinas que operem com reatores nucleares, proibindo a instalação sem a definição por estas leis. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira ficam estabelecidas como patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A posição contrária do Brasil ao estabelecimento de limites de crescimento aos países em desenvolvimento, na conferência de Estocolmo, obrigou o país a estabelecer estratégias de minimização do impacto desse comportamento. Essas estratégias se estabelecem com a criação de órgãos na administração pública federal de proteção do meio ambiente e culmina com a Constituição de 1988.

Os estados e municípios seguem essa orientação rebatendo nas legislações locais os parâmetros constitucionais e a criação de órgãos administrativos nas suas alçadas.

A partir da década de 90, os parâmetros do debate ambiental no mundo se modificam. Para Viola (1992, p. 69), já não se fala mais em proteção ambiental independentemente do desenvolvimento econômico, sendo o eixo do debate agora como atingir um novo estilo de desenvolvimento que interiorize a proteção ambiental.

Apesar de as políticas públicas terem contribuído para instituir no Brasil um sistema de proteção ambiental, o poder público tem se revelado incapaz de fazer com que os indivíduos e as empresas cumpram a legislação ambiental vigente.

Viola (1992, p. 70) considera que, embora haja uma legislação ambiental avançada, o comportamento individual está "muito aquém da consciência ambiental presente no discurso."

Após a conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro, em 1992, segundo Marcondes (1999, p. 54), os movimentos ambientalistas têm redirecionado sua pauta, e nela incluído os temas urbanos. Isso se deu por causa da inflexão desta conferência no trato da questão ambiental, ao incorporar a temática urbana nas diretrizes estabelecidas na Declaração do Rio e da ampla divulgação da Agenda 21, que enfatizam questões como a dos assentamentos urbanos (Capítulo 7), dos resíduos sólidos (Capítulo 21) e dos recursos Hídricos (Capítulo 18). (BRASIL, 1993).

Outros temas igualmente importantes da Rio-92 são tratados na agenda 21 nos princípios de números 10 e 22. O Princípio 10 fala da participação popular no trato dos problemas ambientais: "os temas ambientais serão mais bem tratados com a participação dos cidadãos por eles atingidos, em um nível significativo" e estabelece ainda os níveis de atuação possíveis.

No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, incluindo informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processo de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocação a informação a disposição de todos. (BRASIL, 1993, p. 141).

O princípio 22 da Agenda 21 dá importância vital aos povos indígenas, suas comunidades e outras comunidades locais na gestão ambiental e no desenvolvimento, em decorrência de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Estimula os Estados a reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses para permitir-lhes a efetiva participação na obtenção do desenvolvimento sustentável.

A concentração da população brasileira, cada vez maior nas zonas urbanas, a conseqüente degradação dos espaços urbanos e as recomendações das Agendas Internacionais resultaram na necessidade urgente de se estabelecer políticas de regularização fundiária mais eficiente e de melhoria das condições de habitabilidade e saneamento da população periférica dos centros urbanos.

Dois fatores são representativos nas soluções dos problemas através das políticas públicas brasileiras.

O primeiro é a distância entre a constatação do problema e a criação dessas políticas. Basta se verificar as distâncias entre Estocolmo 1972 e Tbilisi em 1977 e a política de educação ambiental brasileira em 1997 e entre a constituição de 1988 e a regulamentação da política urbana com o Estatuto da Cidade em 2001.

E o segundo é a efetividade da aplicação das políticas em decorrência da falta de fiscalização e recursos para as suas implementações.

2.4.1 ESTATUTO DA CIDADE

Em julho de 2001, foi promulgada a Lei nº 10.257, conhecida como o Estatuto da Cidade, que vem regulamentar os artigos de n. 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil de 1988 que versam sobre a política urbana. Aspectos como o direito à habitação digna e ao saneamento básico foram incorporados à lei por influência dos princípios básicos das agendas Habitat I e II e das entidades organizadas que trabalhavam a necessidade de moradia digna para a população de baixa renda como o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Instituto Pólis, etc.

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, o país alcançou um novo e promissor patamar de desenvolvimento social, com a incorporação em seu texto da participação popular nas decisões de interesse público, do direito a moradia para todos os cidadãos, além da prevalência do interesse social diante do privado.

A inclusão, no Capítulo II, dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal, compondo o capítulo da Política Urbana, foi uma vitória da ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade, à habitação, ao acesso a melhores serviços públicos e, por decorrência, a oportunidade de vida urbana digna para todos.

O Estatuto das Cidades obriga o poder público municipal a criar Planos Diretores de Desenvolvimento Sustentado e estabelecer planos de Gestão dos Espaços Públicos, a partir de discussão com os atores municipais, para as cidades com mais de 20.000 habitantes e/ou de interesse turístico, sob pena de incorrerem em improbidade administrativa os governantes que assim não procederem. A obrigação do planejamento municipal, com participação popular, é um grande avanço para as administrações municipais.

A legislação do Estatuto da Cidade atinge apenas cerca de 30% dos municípios brasileiros, porém, encontram-se nessa faixa os maiores municípios do País, os que possuem

mais de 20.000 habitantes ou localizam-se em áreas de turismo e de desenvolvimento programado, como é o caso das regiões de implantação de grandes indústrias e hidroelétricas. Nesses municípios os problemas sociais e ambientais são mais alarmantes.

É preciso observar, porém, que o planejamento não deve ser estabelecido apenas nos grandes municípios, mas também nos pequenos, como meio de protegê-los dos problemas decorrentes da falta de planejamento urbano.

2.4.2 AGENDA 21- BRASILEIRA

As agendas internacionais, segundo Lanfredi (2002), não têm poder de lei nos países signatários, porém representam o compromisso desses países em observar os fundamentos ali contidos. A agenda 21, resultante da Rio-92, estabelece direcionamentos a serem seguidos pelos países signatários no sentido de se estabelecer um crescimento sustentável nas áreas urbanas dos municípios brasileiros.

A Agenda 21 tem no Brasil o nome de Agenda 21 – Brasileira. Ela é o documento onde a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS apresenta os problemas emergenciais a serem enfrentados pela sociedade brasileira rumo a um novo desenvolvimento. A agenda 21-Brasileira surgiu como instrumento de política de desenvolvimento sustentável, na virada do século XX.

As propostas contidas nessa agenda estão organizadas em 21 objetivos desdobrados em ações e recomendações que se emolduram sob temas como: a economia da poupança na sociedade do conhecimento; a inclusão social por uma sociedade solidária; a estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; os recursos naturais estratégicos - água, biodiversidade e florestas; e a governança e ética para a promoção da sustentabilidade (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2002).

Possui ainda um capítulo dedicado aos meios de implementação, bem como os avanços produzidos na última década rumo ao desenvolvimento sustentável no país.

A Agenda 21 – Brasileira foi divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente em 16 de julho de 2002. Nos municípios as agendas locais são desenvolvidas com a finalidade de incorporar as orientações contidas na Agenda 21 - Brasileira. Em Teresina, foi desenvolvido, a partir de 2001, um Plano Diretor – conhecido como Agenda 2015, contendo os princípios básicos da Agenda 21 - Brasileira e que deverá guiar o desenvolvimento da cidade até 2015.

2.4.3 AGENDA MARROM

Em 1999, foi elaborado um estudo sobre as demandas de apoio chegadas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) relativas a problemas urbanos. Nesta pesquisa, ficou evidente que a maior concentração de demandas estava na área da gestão dos resíduos sólidos, especialmente, na destinação final. O referido estudo concluiu com o desenho de uma estratégia para racionalizar a aplicação de recursos da União nesse campo, levando em conta experiências anteriores vividas pelos estados e por algumas agências federais (AGENDA MARROM, 2000).

Novos programas de apoio ao desenvolvimento sustentável foram surgindo no País. A introdução do conceito de agenda marrom tem origem com a criação da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e da Gerência de Gestão Ambiental Urbana e Regional, em 1999. No âmbito dessa agenda, o objetivo é articular a questão ambiental com os problemas econômicos e sociais do país e, paralelamente, prevenir e corrigir as causas da contaminação e degradação do meio urbano.

Os órgãos públicos responsáveis pela elaboração, implementação e fiscalização da política ambiental não têm conseguido gerir o meio ambiente de modo eficiente, eficaz e efetivo. Para Ribeiro (1992, p. 69), "a descentralização do controle ambiental constitui meta a ser realizada". Segundo o mesmo autor, um sistema que vem sendo experimentado em vários municípios é o credenciamento de organizações ambientalistas e de cidadãos. A finalidade desse sistema é proporcionar uma multiplicação do controle ambiental pela sociedade civil, possibilitando, dessa forma, uma independência dos técnicos e profissionais da área de meio ambiente em relação à burocracia pública.

2.5 ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO E AS DISCUSSÕES DOS PROBLEMAS LOCAIS

Como se pode perceber, o município e em menor escala o bairro, são pequenos territórios representativos do país, podendo ser comparados a pequenos países para seu cidadão ou habitante.

Hoje em dia, ante a expansão urbana e a dificuldade de locomoção das populações aos centros das cidades, em razão das distâncias dos bairros ao centro das cidades e do excesso de tráfego nessa região, os bairros tomam forma de pequenas cidades onde a população encontra

tudo ao seu alcance, chegando a ter, em certos casos, até certa autonomia administrativa. Em se tratando de bairros de grandes cidades como São Paulo, a existência de Fóruns distritais, Administrações regionais, Shopping Center, jornais etc, tornam essa autonomia mais evidente.

A tendência é de que os bairros tenham cada vez mais autonomia e vida própria. Isso vem fazendo com que haja um crescimento no interesse de seus moradores quanto a sua proteção, pois são eles que sentem, diretamente, e que sabem quais as prioridades são mais emergentes para seus bairros. Dessa nova maneira de ver o bairro, as associações de moradores surgem como uma nova forma de associação de pessoas: a associação de bairro.

As associações de bairro, originadas da espontânea participação e organização dos moradores, são importantíssimas para a melhoria da qualidade de vida dos bairros e, conseqüentemente, da cidade, pois representam uma força associativa que pode cobrar das autoridades atitudes concretas em prol da comunidade.

Com o advento da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985, essas associações, como entidades que são e com função de utilidade pública, passaram a ter mais força, podendo propor ações contra as agressões ao meio ambiente e aos logradouros públicos da cidade, ingressando assim em juízo na proteção dos bens públicos, bem como para preservar a qualidade de vida. Também a Constituição Federal em seu artigo 5º, LXX, “b”, autoriza as associações de bairro a ajuizarem mandato de segurança com a mesma finalidade.

Outra possibilidade que tem a associação de bairro na proteção dos interesses da coletividade é oferecer subsídios e informações ao Ministério Público para sua ação perante o Poder Judiciário, nos termos da referida lei.

Por força do art. 216, §1º da Constituição Federal, as associações de bairro podem colaborar com o poder público na proteção do patrimônio público brasileiro através do “tombamento”.² Em Teresina o tombamento da vegetação da Av. Santos Dumont, na zona norte da cidade, em 1988, pode ser citado como exemplo da colaboração de associação de bairros nesse sentido.

Em Teresina já existem associações de bairro bem estruturadas e ativas e que lutam incansavelmente pela melhoria de seus bairros.

2 O tombamento é o ato administrativo pelo qual o poder público declara e protege móveis ou imóveis que tenham valores culturais, podendo ser incluído entre esses os conjuntos urbanos, conforme relação constante no referido artigo; o que muitas cidades já vem fazendo, pedindo e conseguindo perante o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT).

Portanto, os cidadãos devem colaborar com o interesse público do seu bairro, formando associações voltadas para ações públicas com a finalidade de proteção da qualidade de vida da população, colaborando assim com as autoridades na difícil tarefa de administrar uma cidade.

Sobre a participação de organizações da sociedade civil nas decisões sobre atividades ligadas à proteção ambiental, o Relatório da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento (RCMD) diz que, com frequência, as ONGs e os grupos privados e comunitários podem ser uma alternativa eficiente e eficaz para as agências públicas, na execução de planos e projetos. Além disso, podem às vezes atingir determinados grupos-alvo, que as agências públicas não atingem.

De acordo com Assis (1992, p. 9), o meio ambiente é um bem coletivo e, como tal, deve estar subordinado ao interesse público. A crise ambiental provém justamente da apropriação do espaço público pelo setor privado. Dessa forma, cabe à atividade política a criação da esfera pública na natureza, possibilitando, assim, a democratização do uso do meio ambiente.

Até aqui se apresentou uma visão panorâmica dos movimentos ambientalista no Brasil e no mundo e a sua repercussão nas políticas públicas. Esse painel é importante para contextualizar os movimentos ambientalistas do Piauí, em especial de Teresina, possibilitando se inferir possíveis influências daqueles movimentos no ambientalismo e nas políticas públicas em nível local.